

Comunidade e Sociedade: Uma visão sociológica da decadência da sociedade moderna

por Alain de Benoist

Tradução por Raphael Machado

Legio Victrix - 21 de novembro de 2010

Sociedades modernas pacíficas que respeitam o indivíduo evoluíram a partir de laços familiares antigos. A transição de sociedades de bandos, passando por organizações tribais e de clã, em Estado-Nação foi pacífica apenas quando conquistada sem perturbação dos laços básicos que ligam o indivíduo à sociedade maior por um senso de história, cultura e origem comuns. O senso de “pertencimento” à uma nação por virtude de tais laços compartilhados promove cooperação, altruísmo e respeito por outros membros. Nos tempos modernos, laços tradicionais foram enfraquecidos pela ascensão das sociedades de massa e comunicação global veloz, fatores que trazem consigo mudanças sociais céleres e novas filosofias que negam a significância do senso de nacionalidade, e enfatizam individualismo e objetivos nacionalistas. A coesão das sociedades tem sido conseqüentemente ameaçada, e substituída por sociedades multi-étnicas e multiculturais e por um senso sobrepujante de identidade perdida na sociedade global massificada a qual o homem Ocidental, pelo menos, concebe a si mesmo como nela pertencendo.

Sociologicamente, o primeiro teórico a identificar essa mudança foi o erudito árabe, Ibn Khaldun (1332-1406), que enfatizou a tendência em sociedades urbanas massificadas de desintegrarem, quando a característica de solidariedade social das sociedades tribais e nacionais desaparecia. Ibn Khaldun viu dramaticamente o contraste entre a moralidade dos Berberes do Norte da África, nacional e etnicamente unificados, e a conjunção confusa dos povos que chamavam a si mesmos Árabes sob liderança Árábica, mas que não possuíam a unidade e senso de identidade que havia feito a relativamente pequena população de Árabes verdadeiros que tinham construído um amplo e arabofono Império. Posteriormente foi Ferdinand Tönnies (1885-1936) que introduziu esse pensamento à sociologia moderna.

Ele o fez em sua teoria do *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* (*Gemeinschaft und Gesellschaft*, 1887). Essa teoria revelou como as sociedades primitivas tribais ou nacionais (*Gemeinschaft*) alcançaram colaboração e cooperação harmoniosas mais ou menos automaticamente devido à cultura comum e um senso de genética comum e identidade cultural dentro da qual todos os membros eram criados. Isso evitava maiores conflitos no que concerne valores básicos já que todos compartilhavam um conjunto comum de mores (costumes) e um senso comum de destino. Porém, conforme “progrediu” a história, sociedades multiétnicas e multiculturais maiores começaram a se desenvolver, e essas Tönnies descreveu como sendo unidas por laços *Gesellschaft*. Essas não eram unidas por qualquer conjunto de valores comuns ou identidade histórica, a colaboração só era mantida devido à necessidade de trocar bens e serviços. Em resumo, sua existência veio a depender de relações econômicas, e como um resultado da diversidade de valores culturais, e falta de qualquer “sentimento familiar”, e a ênfase na troca econômica e na riqueza econômica, e de conflitos por riqueza e valores básicos a harmonia de tais sociedades estava sempre em posição de ser abalada a qualquer momento. Em termos

políticos, liberalismo foi desenvolvido para exaltar a liberdade de indivíduos em relação às reivindicações a lealdade nacional e ao apoio ao destino nacional, enquanto o Marxismo brotou da insatisfação sentida por aqueles que foram menos bem sucedidos em alcançar riqueza e poder, que agora vieram a representar os objetivos primários dos indivíduos que foram abandonados à mercê da sociedade *gesellschaft* moderna e massificada. Nacionalismo e qualquer senso de lealdade à nação como uma unidade consangüínea, etnicamente distinta veio a ser anatemizado tanto por liberais como por marxistas.

“Um espectro assombra a Europa – um espectro de comunismo” escreveu Marx no prefácio do Manifesto. Um século depois esse espectro se tornou um mero fantasma, com o liberalismo sendo a força dominante. Ao longo das últimas décadas, o liberalismo usou o comunismo como espantalho para legitimar a si mesmo. Hoje, porém, com a falência do comunismo, esse modo de “legitimação negativa” não é mais convincente. Finalmente, o liberalismo, no sentido da ênfase no indivíduo acima e até mesmo contra a nação, na verdade ameaça o indivíduo ao subverter a estabilidade da sociedade que lhe dá identidade, valores, propósito e sentido, o nexos social, cultural e biológico ao qual ele deve seu próprio ser.

Fundamentalmente, o liberalismo clássico foi uma doutrina que, a partir de um indivíduo abstrato, criou o pivô de sua sobrevivência. Em sua forma mais suave, ele meramente enfatizou a liberdade individual de ação, e condenou o envolvimento burocrático excessivo pelo governo. Mas apesar do quanto seja digna de elogios sua defesa da liberdade individual, sua reivindicação de que o sistema ideal é aquele em que há a menor ênfase possível na nacionalidade leva à situações que de fato ameaçam a liberdade do indivíduo. Em sua forma extrema, o liberalismo clássico se desenvolveu em um libertarianismo universal, e nesse ponto chega perto de defender a anarquia.

Sob um ponto de vista sociológico, em sua forma extrema, o liberalismo internacionalista moderno define a si mesmo totalmente em termos da sociedade *Gesellschaft* de Tönnies. Ele nega o conceito histórico do Estado-Nação ao rejeitar a noção de qualquer interesse comum entre indivíduos que tradicionalmente compartilhavam de uma herança comum. No lugar da nacionalidade ele propõe gerar um novo padrão social internacional centrado na busca do indivíduo por seu interesse econômico e pessoal ótimo.

Dentro do contexto do liberalismo extremo, apenas a interação dos interesses individuais cria uma sociedade funcional – uma sociedade na qual o todo é visto apenas como um agregado casual de partículas anônimas. A essência do pensamento liberal moderno é de que crê-se que a ordem é capaz de consolidar a si mesma simplesmente por meio da competição econômica total, ou seja, através da batalha de todos contra todos, requisitando do governo não mais do que a definição de algumas regras fundamentais e certos serviços que o indivíduo não possa providenciar adequadamente. De fato, o liberalismo moderno foi tão longe nesse caminho que hoje ele se opõe diretamente aos objetivos do liberalismo clássico e do libertarianismo na medida em que nega ao indivíduo qualquer direito inalienável à propriedade, mas ainda compartilha com o liberalismo e com o libertarianismo um antagonismo em relação à idéia de nacionalidade. Despido da proteção de uma sociedade que se identifica com seus membros por causa de um destino e história nacionais compartilhados, o indivíduo é abandonado a travar conflitos por sua própria sobrevivência, sem o senso protetor de comunidade que seus ancestrais experimentaram desde os primeiros da história humana.

A decadência nas sociedades multiculturais modernas de massa começa em um momento no qual não há mais qualquer significado discernível dentro da sociedade. Significado é destruído pela elevação do individualismo acima de todos os outros valores porque o individualismo encoraja a proliferação anárquica do egoísmo às custas dos valores que outrora foram parte da herança nacional, valores que dão forma ao conceito de nacionalidade e ao Estado-Nação, a um Estado que é mais do que uma mera entidade política, e que corresponde a um povo particular que é consciente de partilhar de uma herança comum por cuja sobrevivência eles estão preparados a fazer sacrifícios pessoais.

O homem evoluiu em grupos de cooperação unidos por laços genéticos e culturais comuns, e é apenas em tal contexto que o indivíduo pode realmente se sentir livre, e verdadeiramente protegido. O homem não pode viver alegremente sozinho e sem valores ou qualquer senso de identidade: tal situação leva ao niilismo, uso de drogas, criminalidade e pior. Com a difusão de objetivos puramente egoístas às custas de preocupação altruísta pela família e nação, o indivíduo começa a falar de seus direitos ao invés de seus deveres, pois ele não tem mais qualquer senso de destino, de pertencimento e de ser parte de uma entidade maior e mais duradoura. Ele não mais regozija na crença segura de que ele partilha de uma herança que é parte de seu dever comum de proteção – ele não mais sente que tem qualquer coisa em comum com aqueles ao seu redor. Em suma, ele se sente solitário e oprimido. Já que todos os valores se tornaram estritamente pessoais, tudo, agora, é igual a tudo: ou seja, nada é nada.

“Uma sociedade sem fortes crenças,” declarou Regis Debray em sua entrevista com J.P. Enthoven em *Lê Nouvel Observateur*, (Outubro 10, 1981), “é uma sociedade prestes à morrer.” O liberalismo moderno é particularmente crítico do nacionalismo. Por isso, é preciso fazer uma pergunta: Pode a sociedade liberal moderna prover crenças comunais fortes e unificadoras em vista do fato de que por um lado ela vê a vida comunal como não essencial, enquanto por outro, ela permanece impotente para visualizar qualquer crença – a não ser que essa crença seja redutível à conduta econômica?

Ademais, parece haver um relacionamento óbvio entre a negação e eclipse do significado e a destruição da dimensão histórica do corpus social. Os liberais modernos encorajam o “narcisismo;” eles vivem em um perpétuo agora. Na sociedade liberal, o indivíduo é incapaz de colocar a si mesmo em perspectiva, porque colocar a si mesmo em perspectiva requer uma consciência clara e coletivamente percebida de herança comum e aderência comum.

Como Regis Debray afirma, “Na capacidade de sujeitos isolados homens jamais podem se tornar sujeitos de ação e adquirir a capacidade de fazer história.” (*Critique de la raison politique*, op. Cit. p. 207). Nas sociedades liberais, a supressão do senso de significado e identidade presentes em valores nacionais leva à dissolução da coesão social assim como à dissolução da consciência grupal. Essa dissolução, por sua vez, culmina com o fim da história.

Sendo o representante mais típico da ideologia do igualitarismo, o liberalismo moderno, tanto em sua variante libertária como na socialista, parece ser o principal fator na dissolução do ideal de nacionalidade. Quando o conceito de sociedade, sob o ponto de vista sociológico, sugere um sistema de “interações horizontais” simples, então essa noção obviamente exclui forma social. Como uma manifestação de solidariedade, a sociedade só pode ser concebida em termos de identidade compartilhada – ou seja, em termos de valores históricos e tradições culturais (cf., Edgar Morin: “O mito comunal dá a sociedade sua coesão nacional.”) Por contraste, o

liberalismo desfaz nações e sistematicamente destrói seu senso de história, tradição, lealdade e valor. Ao invés de ajudar o homem a se elevar à esfera do sobre-humano, ele divorcia o homem de todos os “grandes projetos” ao declarar esses projetos “perigosos” sob o ponto de vista da igualdade.

Não é surpreendente, portanto, que a administração do bem-estar individual do homem se torne sua única preocupação. Na tentativa de livrar o homem de todas as suas limitações, o liberalismo coloca o homem sob o jugo de outras limitações

“que agora o diminuem ao mais baixo nível. O liberalismo não defende a liberdade; ele destrói a independência do indivíduo. Ao erodir memórias históricas, o liberalismo arranca o homem da história. Ele propõe garantir seus meios de existência, mas lhe rouba sua razão de viver e lhe tira a possibilidade de ter um destino”

Há duas maneiras de conceber o homem e a sociedade. O valor fundamental pode ser colocado no indivíduo, e quando isso é feito o todo da humanidade é concebido como a soma total de todos os indivíduos – um vasto proletariado sem rosto – ao invés de ser concebido como um tecido rico de nações, culturas e raças diversas. É essa concepção que é inerente no pensamento liberal e socialista. A outra concepção, que parece ser mais compatível com o caráter evolucionário e sócio-biológico do homem, é a que vê o indivíduo como participando em um legado cultural e biológico específico – uma noção que reconhece a importância do laço sanguíneo e da nacionalidade. Na primeira instância, a humanidade, como uma soma total de indivíduos, parece estar “contida” em cada ser humano individual; ou seja, alguém se torna primeiro um “ser humano,” e apenas então, como por acidente, um membro de uma cultura específica ou um povo. Na segunda instância, a humanidade comporta um complexo filogenético e uma rede histórica, por meio das quais a liberdade do indivíduo é garantida pela proteção da família por sua nação, que lhe imbuí uma noção de identidade e uma orientação significativa para toda a população mundial. É por virtude de sua aderência orgânica à sociedade da qual eles são uma parte que homens constroem sua humanidade.

Como expoentes do primeiro conceito nós encontramos Descartes, os Enciclopedistas e a ênfase nos “direitos”; nacionalidade e sociedade emanam do indivíduo, por escolha eletiva, e são revogáveis a qualquer momento. Como proponentes do segundo conceito nós encontramos J.G.Herder e G.W.Leibniz, que enfatizam a realidade das culturas e etnias. Nacionalidade e sociedade estão enraizadas em heranças biológicas, culturais e históricas. A diferença entre esses dois conceitos se torna particularmente óbvia quando se compara como ambos visualizam a história e a estrutura do real. Nacionalistas defendem holismo. Nacionalistas vêem o indivíduo como um semelhante, apoiado pelo povo e pela comunidade que o nutre e protege, e com a qual ele se orgulha em se identificar. As ações do indivíduo representam um ato de participação na vida de seu povo, e a liberdade de ação é muito real porque, partilhando nos valores de seus associados, a vontade individual raramente busca ameaçar os valores básicos da comunidade com a qual ele se identifica. Sociedades que carecem desse senso básico de unidade nacional são inerentemente predispostas a sofrerem de situações repetidas nas quais os valores opostos de seus membros egoístas entram em conflito uns com os outros.

Ademais, proponentes da nacionalidade afirmam que uma sociedade ou um povo só pode sobreviver quando: a) eles permanecem cômicos de suas origens culturais e históricas; b) quando eles podem se reunir ao redor de um mediador, seja individual, ou simbólico, que seja capaz de reunir suas energias e catalisar sua vontade de ter um destino; c) quando eles mantêm a coragem de designar seu inimigo. Nenhuma dessas condições têm sido realizadas em sociedades que colocam ganho econômico acima de todos os outros valores, e que conseqüentemente: a) dissolvem memórias históricas; b) extinguem o sublime e eliminam ideais subliminais; c) assumem que é possível não ter inimigos.

Os resultados dessa rápida mudança de sociedades nacionais ou tribais para o individualismo anti-nacional moderno dominante nas sociedades contemporâneas e “avançadas” têm sido bem descritos por Cornelius Castoriadis: “As sociedades ocidentais estão em absoluta decomposição. Não há mais uma visão do todo que poderia lhes permitir determinar e aplicar qualquer ação política...as sociedades ocidentais praticamente deixaram de ser Estados-Nação... Simplificando, elas se tornaram aglomerações de lobbies que, de maneira míope, rasgam a sociedade em pedaços; onde ninguém pode propor uma política coerente, e onde todo mundo é capaz de bloquear uma ação considerada hostil a seus próprios interesses.” (Liberation, 16 and 21 December, 1981).

O liberalismo moderno tem suprimido a nacionalidade patriótica até uma situação na qual política foi reduzida a um processo de tomada de decisões em estilo de “delivery service”, estadistas foram reduzidos à servir como instrumentos de grupos de interesses especiais, e nações se tornaram pouco mais do que mercados. As cabeças dos estados liberais modernos não tem opção a não ser vigiar seus cidadãos sendo dopados por patologias civilizacionais como violência, delinqüência, e drogas.

Ernst Jünger uma vez disse que o ato de violência velada era mais terrível que violência aberta (Journal IV, September 6, 1945). E ele também afirmou: “A escravidão pode ser substancialmente agravada quando ela assume a aparência de liberdade.” A tirania do liberalismo moderno cria a ilusão inerente a seus próprios princípios. Ela se proclama defensora da liberdade e grita para defender os “direitos humanos” no momento que mais os oprime. A ditadura da mídia e a “espiral do silêncio” parecem ser tão efetivas em arrancar dos cidadãos de sua liberdade quanto o aprisionamento. No Ocidente, não há necessidade de matar: basta cortar o microfone de alguém.

Matar alguém pelo silêncio é um jeito muito elegante de homicídio, que praticamente dá os mesmos dividendos que um assassinato real – um assassinato que, em adição, deixa o assassino com boa consciência. Ademais, não se deve esquecer a importância desse tipo de assassinato. Raros são aqueles que silenciam seus oponentes por diversão.

Nacionalidade patriótica não ataca a noção de “liberdades formais”, como alguns Marxistas rigorosos fazem. Ao invés, seu propósito é demonstrar que “liberdade coletiva”, ou seja, a liberdade dos povos serem eles mesmos e continuarem a desfrutar o privilégio de ter um destino, não resulta da simples adição de liberdades individuais. Propositores da nacionalidade ao invés afirmar que as “liberdades” garantidas a indivíduos pelas sociedades liberais são freqüentemente não existentes; elas representam simulacros do que liberdades verdadeiras deveriam ser. Não é suficiente ser livre para fazer algo. Ao invés, o que é necessário é sua habilidade de participar na determinação do curso dos eventos históricos. Sociedades dominadas pelas tradições liberais

modernas são “permissivas” apenas na medida em que sua macro-estabilidade geral arranca da população qualquer participação real no processo de tomada de decisões verdadeiro. Conforme a esfera dentro da qual é permitido ao cidadão “fazer tudo” se torna maior, o senso de nacionalidade se torna paralisado e perde sua direção.

Liberdade não pode ser reduzida ao sentimento que se tem por ela. Por essa visão, tanto o escravo como o robô, poderiam igualmente se perceber livres. O significado de liberdade é inseparável da antropologia fundadora do homem, um indivíduo partilhando de uma história comum e cultura comum em uma comunidade comum. Decadência vaporiza povos, freqüentemente das maneiras mais gentis. Essa é a razão pela qual indivíduos agindo como indivíduos só podem torcer para fugir da tirania, mas cooperando ativamente como uma nação eles podem muitas vezes derrotar a tirania.